



PREFEITURA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA DE CANANÉIA

ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

011. PROVA OBJETIVA

ASSISTENTE SOCIAL

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato _____

RG _____

Inscrição _____

Prédio _____

Sala _____

Carteira _____

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 a 03.



(Bob Thaves, "Frank & Ernest". <https://cultura.estadao.com.br>. 12.11.2019)

01. De acordo com o ponto de vista do personagem, é correto concluir que

- (A) a veiculação de informações pessoais hoje continua sendo indesejada tal como acontecia antigamente.
- (B) o poder de exposição do mundo contemporâneo reitera o desejo de se alcançar reconhecimento popular.
- (C) a alta exposição online das informações pessoais hoje em dia fomenta o desejo de manter-se distante dela.
- (D) a indiscrição com a exposição de informações pessoais se acentuou hoje graças às redes sociais.
- (E) o anonimato continua sendo um critério de organização da vida pessoal, como era antigamente.

02. Na passagem "**com** a exposição online das informações pessoais", a preposição destacada forma uma expressão cujo sentido é de

- (A) comparação, equivalendo, em norma-padrão, a "como as informações pessoais são expostas online".
- (B) causa, equivalendo, em norma-padrão, a "devido à exposição online das informações pessoais".
- (C) consequência, equivalendo, em norma-padrão, a "à partir da exposição online das informações pessoais".
- (D) modo, equivalendo, em norma-padrão, a "sob à exposição online das informações pessoais".
- (E) conclusão, equivalendo, em norma-padrão, a "da forma como as informações pessoais são expostas online".

03. Antigamente, eu desejava que todo mundo _____ meu nome e _____ quem eu _____.

Em conformidade com a norma-padrão, a correlação dos tempos verbais está garantida com o preenchimento das lacunas, respectivamente, com as formas:

- (A) conhecia ... sabia ... fora
- (B) conhecera ... soubera ... serei
- (C) conheceu ... soube ... seria
- (D) conhece ... sabe ... sou
- (E) conhecesse ... soubesse ... era

Leia o texto para responder às questões de números **04 a 10**.

Custosa Mobilidade

O tráfego intenso e os longos deslocamentos necessários em diversas cidades brasileiras tomam, além de tempo, cada vez mais recursos dos usuários e da sociedade.

Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, como mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. O valor é 7% maior que o do levantamento anterior.

No plano individual, o ônus do transporte vem aumentando. Além de custar mais e beneficiar uma parcela menor da população, o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público.

Para evitar o agravamento de uma situação já dramática, governantes, em particular os das metrópoles, devem promover políticas de desincentivo ao uso de carros.

Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York entrará nesse rol até o fim de 2020.

Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público – opção para aqueles que não desejam tirar seus automóveis da garagem.

Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.

Não se trata, contudo, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, pois, para o avanço dessa agenda.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 08.11.2019. Adaptado)

04. O texto argumenta favoravelmente à

- (A) proibição do transporte individual, substituído plenamente pelo coletivo.
- (B) mobilidade urbana, com o incentivo aos transportes individual e coletivo.
- (C) criação de pedágios urbanos, com o incremento do transporte individual.
- (D) limitação do transporte individual, mais poluente e mais custoso ao país.
- (E) economia no setor de transporte, com pedágios e menor investimento.

05. O último parágrafo do texto autoriza afirmar que

- (A) os dados da pesquisa do Instituto Ipsos confirmam que a questão do transporte público paulistano padece de uma dificuldade intransponível.
- (B) a população do Estado de São Paulo, em sua grande maioria, aceita deixar o carro em casa para que o transporte público seja modernizado.
- (C) a questão do transporte público na cidade de São Paulo pode sofrer uma transformação positiva, ainda que exista dificuldade para isso.
- (D) o avanço de uma agenda a favor de melhoria no transporte público no Estado de São Paulo sofre pressão contrária de 30% dos paulistanos.
- (E) os paulistanos estão dispostos a deixar o carro na garagem desde que a ideia de cobrança de pedágios seja posta de lado por definitivo.

06. Nos trechos “o **ônus** do transporte vem aumentando” (3º parágrafo), “Nova York entrará nesse **rol** até o fim de 2020” (5º parágrafo) e “Há boa margem, pois, para o avanço dessa **agenda**” (8º parágrafo), os termos destacados significam, correta e respectivamente:

- (A) encargo; lista; tema.
- (B) custo; categoria; lei.
- (C) criação; relação; projeto.
- (D) preço; projeto; programa.
- (E) sistema; grupo; compromisso.

07. Considere as passagens do texto:

- Estudo da Associação Nacional de Transportes Públicos (ANTP) estimou os custos socioeconômicos da mobilidade urbana em nada menos de R\$ 483,3 bilhões anuais, **como** mostrou o 3º Seminário de Mobilidade e Inovação organizado por esta *Folha*. (2º parágrafo);
- Não se trata, **contudo**, de dificuldade intransponível. Pesquisa recente do Instituto Ipsos mostrou que 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. Há boa margem, **pois**, para o avanço dessa agenda. (8º parágrafo).

Os sentidos que as conjunções destacadas exprimem e as conjunções que poderiam substituí-las nas passagens são, correta e respectivamente:

- (A) causa; consequência; conclusão / já que; tanto que; assim.
- (B) comparação; conclusão; explicação / tal qual; portanto; então.
- (C) comparação; concessão; explicação / assim como; mesmo; porque.
- (D) conformidade; adversidade; conclusão / conforme; porém, portanto.
- (E) conformidade; explicação; adversidade / segundo; por isso; entretanto.

08. Sem prejuízo ao sentido original e em conformidade com a norma-padrão, as informações do 7º parágrafo – Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. – estão corretamente reescritas em:

- (A) Reconheça-se, que ações do gênero, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (B) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, reconheça-se que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (C) Sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis.
- (D) Reconheça-se de que ações do gênero são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual.
- (E) Reconheça-se que, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual, ações do gênero, são politicamente difíceis.

09. Uma alternativa _____ essa situação já dramática é a criação de pedágios urbanos, com _____ restrição _____ circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades como Singapura, Estocolmo, Milão e Londres. Nova York chegará _____ rol até o fim de 2020.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas do enunciado devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- (A) a ... a ... à ... a esse
- (B) à ... a ... à ... nesse
- (C) a ... a ... a ... à esse
- (D) à ... à ... à ... a esse
- (E) a ... à ... a ... nesse

10. Há expressão em linguagem figurada no trecho:

- (A) ... o transporte individual consome quase o dobro de energia e polui duas vezes mais que o público. (3º parágrafo)
- (B) Uma alternativa é a criação de pedágios urbanos, a restringir a circulação de veículos em determinadas áreas, como já se fez em cidades... (5º parágrafo)
- (C) Com os recursos angariados pela cobrança, municípios poderiam investir mais em seus sistemas de transporte público... (6º parágrafo)
- (D) Ações do gênero, reconheça-se, são politicamente difíceis, sobretudo num país que historicamente privilegiou o transporte individual. (7º parágrafo)
- (E) ... 30% dos paulistanos proprietários de carro aceitariam abrir mão do veículo em favor de outro meio de transporte. (8º parágrafo)

11. Mauro comprou um carro. Deu $\frac{1}{3}$ do valor total como en-

trada e financiou $\frac{3}{4}$ do valor restante. A quantia que falta

para completar o valor total será paga em uma única parcela, após o término do financiamento. O valor dessa parcela final corresponde, do valor total do carro, a

(A) $\frac{1}{8}$

(B) $\frac{1}{6}$

(C) $\frac{1}{5}$

(D) $\frac{1}{4}$

(E) $\frac{1}{3}$

12. Em determinado dia, um fabricante entregou 1 100 caixas de certo produto, que foram totalmente repartidas entre 3 clientes distintos, A, B e C. Sabe-se que o cliente B recebeu 100 caixas a mais que o cliente A, e que este, por sua vez, recebeu a metade do número de caixas recebidas pelo cliente C. A diferença entre os números de caixas recebidas pelo cliente C e pelo cliente B é igual a

(A) 300.

(B) 250.

(C) 200.

(D) 150.

(E) 100.

13. Em uma empresa, 6 máquinas iguais, de mesmo rendimento, trabalhando de forma simultânea e sem interrupções, produzem 540 unidades de certa peça a cada três horas. Para passar a produzir 600 unidades da mesma peça a cada 2 horas, nas mesmas condições operacionais, essa empresa precisará adquirir, das mesmas máquinas, mais

(A) 4 unidades.

(B) 5 unidades.

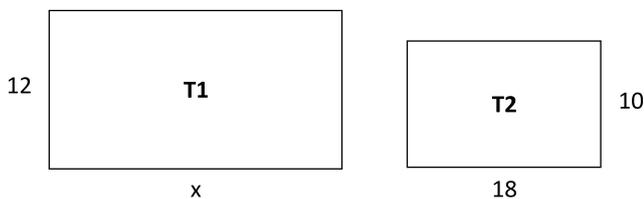
(C) 6 unidades.

(D) 7 unidades.

(E) 8 unidades.

14. Na lata de certa tinta, há a seguinte instrução: "Diluição: usar 80 mL de água para cada 1 200 mL de tinta." Felipe separou 1 200 mL dessa tinta e, por descuido, adicionou 110 mL de água. Para que a tinta preparada tenha a concentração recomendada pelo fabricante, Felipe precisará adicionar à mistura uma quantidade de tinta igual a
- (A) 0,35 litro.
 - (B) 0,40 litro.
 - (C) 0,45 litro.
 - (D) 0,50 litro.
 - (E) 0,55 litro.

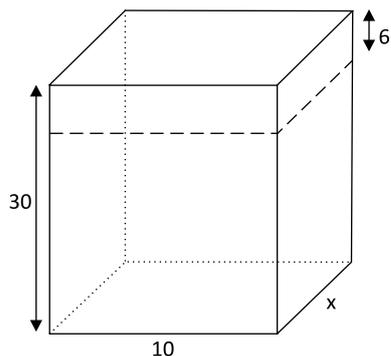
15. Considere os terrenos retangulares T1 e T2, ilustrados a seguir, com dimensões indicadas em metros.



Sabendo-se que, na divisão do perímetro do terreno T1 pelo perímetro do terreno T2, o quociente é 1,5 e o resto é zero, a área do terreno T1 é igual a

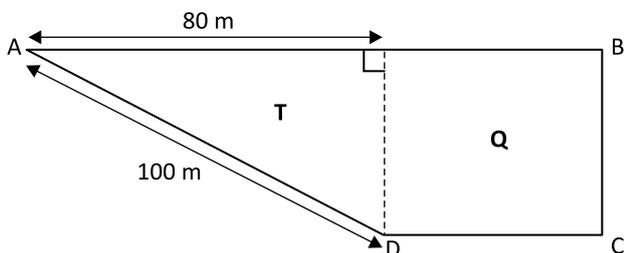
- (A) 280 m².
 - (B) 336 m².
 - (C) 360 m².
 - (D) 384 m².
 - (E) 408 m².
16. Os preços dos produtos P e Q, em reais, eram representados por x e $0,8x$, respectivamente. Sabe-se que ambos os preços tiveram um aumento de 25%, e a soma dos dois preços, após o aumento, ficou igual a R\$ 270,00. Desse modo, é correto afirmar que o preço do produto P, antes do aumento, era igual a
- (A) R\$ 150,00.
 - (B) R\$ 145,00.
 - (C) R\$ 140,00.
 - (D) R\$ 125,00.
 - (E) R\$ 120,00.

17. A altura original de um bloco retangular de madeira, que era igual a 30 cm, teve que ser reduzida em 6 cm, conforme mostra a figura, com dimensões indicadas em centímetros.



Sabe-se que a redução na medida da altura reduziu o volume original em 900 cm^3 . Desse modo, o volume do bloco passou a ser de

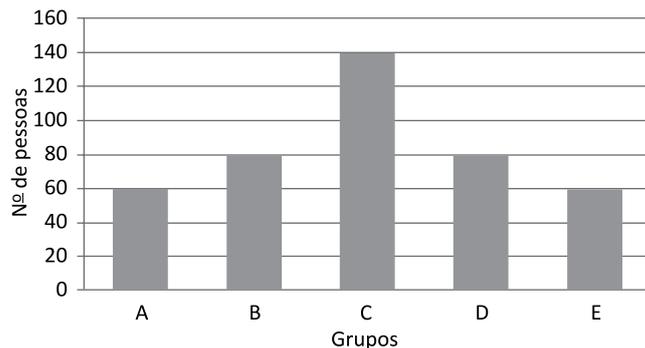
- (A) 4500 cm^3 .
 (B) 4200 cm^3 .
 (C) 3800 cm^3 .
 (D) 3600 cm^3 .
 (E) 3200 cm^3 .
18. Uma praça ABCD é composta por uma região quadrada Q e uma região com a forma de um triângulo retângulo T, conforme mostra a figura.



A área total dessa praça é de

- (A) 8400 m^2 .
 (B) 6000 m^2 .
 (C) 4800 m^2 .
 (D) 4600 m^2 .
 (E) 3600 m^2 .
19. Os tempos gastos para a execução dos trabalhos A e B, juntos, somaram 4 horas e 24 minutos, sendo que a execução do trabalho B durou 26 minutos a mais que a do trabalho A. Se a execução do trabalho B teve início às 8 horas e 12 minutos, então ela foi concluída às
- (A) 9 horas e 36 minutos.
 (B) 9 horas e 59 minutos.
 (C) 10 horas e 11 minutos.
 (D) 10 horas e 37 minutos.
 (E) 10 horas e 45 minutos.

20. Uma pesquisa de mercado feita para avaliação de certo produto ouviu pessoas de 5 grupos distintos, previamente selecionados, cuja distribuição encontra-se representada no gráfico:



Do número total de pessoas ouvidas nessa pesquisa, sabe-se que a razão entre o número de mulheres e o número de homens era $\frac{3}{4}$, e que 15% dos homens ouvi-

dos fizeram parte do grupo E. O número de mulheres integrantes do grupo E era

- (A) 44.
 (B) 40.
 (C) 36.
 (D) 30.
 (E) 24.

R A S C U N H O

ATUALIDADES

21. Começa nesta quinta-feira (27) – manhã de sexta-feira (28) no horário local – o encontro da 14ª Cúpula do G20 em Osaka, no Japão. A cúpula vai reunir líderes das maiores economias do mundo, e deve ser marcada por discussões sobre conflitos comerciais globais.

(G1. <https://glo.bo/2pALpSH>. Publicado em 27.06.2019. Adaptado)

Entre tais conflitos, destaca(m)-se

- (A) os embates político-comerciais entre o Mercosul e a Venezuela.
- (B) a guerra comercial entre China e Estados Unidos.
- (C) os problemas relacionados aos produtos comerciais brasileiros no mercado europeu.
- (D) os conflitos que envolvem a disputa pelo petróleo na América do Sul.
- (E) os problemas ligados ao boicote à Coreia do Norte.

22. Ao final da sessão do Supremo desta quinta (7), o ministro que preside o Supremo Tribunal Federal (STF) desempatou o julgamento e afirmou que o Congresso pode fazer mudanças na legislação caso entenda que a prisão após condenação em segunda instância deva voltar a valer. Em seu voto, o referido ministro disse que estava seguindo a vontade do parlamento, que, na sua avaliação, determina que o condenado só pode ser preso depois de esgotados todos os recursos, e tribunais superiores.

(G1. <https://glo.bo/2NyExhL>. Publicado em 08.11.2019. Adaptado)

O presidente do Supremo Tribunal Federal é

- (A) Gilmar Mendes.
- (B) Edson Fachin.
- (C) Luiz Fux.
- (D) Dias Toffoli.
- (E) Marco Aurélio Mello.

23. O dia 10 de agosto de 2019 poderá ser classificado como um momento-chave na história recente da Amazônia. Hoje, ele já é conhecido pelo fato de que produtores rurais da região Norte do país teriam iniciado um movimento de ação conjunta. Essa suspeita está sendo investigada pela Polícia Federal (PF) e pelo Ministério Público Federal (MPF). Ontem, a procuradora-geral da República, Raquel Dodge, afirmou haver indícios de uma “ação orquestrada” para agir em pontos da floresta.

(Uol. <https://bit.ly/36Q3bSp>. Publicado em 27.08.2019. Adaptado)

O fato citado pelo texto ficou conhecido como

- (A) Dia do Agronegócio.
- (B) Dia do Fogo.
- (C) Dia da Pecuária.
- (D) Dia do Madeireiro.
- (E) Dia da Fronteira Agrícola.

24. O acordo de livre comércio eliminará as tarifas de importação para mais de 90% dos produtos comercializados entre os dois blocos. Para os produtos que não terão as tarifas eliminadas, serão aplicadas cotas preferenciais de importação com tarifas reduzidas. O processo de eliminação de tarifas varia de acordo com cada produto e deve levar até 15 anos contados a partir da entrada em vigor da parceria intercontinental.

(EBC. <https://bit.ly/2WZkZpX>. Publicado em 19.06.2019)

O referido acordo de livre comércio envolve o Mercosul e

- (A) o BRICS, que inclui Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul.
- (B) a OMC – Organização Mundial do Comércio.
- (C) a U. E. – União Europeia.
- (D) a APEC – Cooperação Econômica Ásia-Pacífico.
- (E) a ALCA – Área de Livre Comércio das Américas.

25. O governo anunciou nesta quarta (30) que o país não será mais a sede do fórum da APEC (Cooperação Econômica Ásia-Pacífico) e da Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2019 (COP-25) devido à recente onda de protestos.

(Folha de S.Paulo. <https://bit.ly/33vP42G>. Publicado em 30.10.2019)

O país a que o texto se refere é

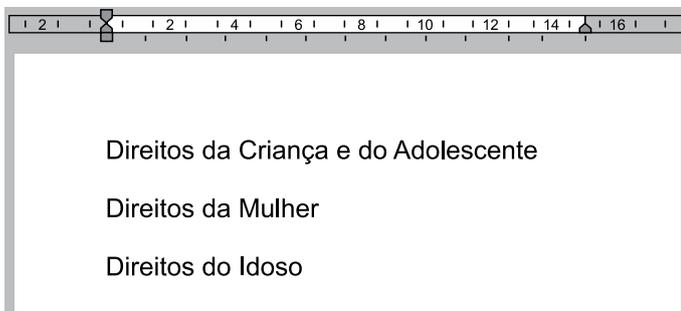
- (A) o Uruguai.
- (B) o México.
- (C) a Colômbia.
- (D) a Bolívia.
- (E) o Chile.

26. Assinale a alternativa que apresenta apenas extensões de arquivos reconhecidas por padrão, no MS-Windows 7, em sua configuração padrão, como arquivos de imagens.

- (A) bmp e pptx.
- (B) xlsx e docx.
- (C) txt e jpg.
- (D) jpg e png.
- (E) png e doc.

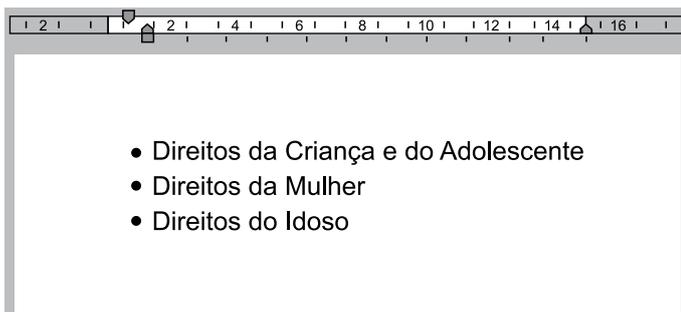
27. Um usuário, editando um documento por meio do MS-Word 2010, em sua configuração padrão, digitou alguns parágrafos, conforme visto na imagem ANTES.

ANTES



Em seguida, selecionou os parágrafos e acionou um recurso do MS-Word 2010, que deixou o documento conforme visto na imagem DEPOIS.

DEPOIS



O recurso utilizado pelo usuário foi

- (A) Numeração.
- (B) Espaçamento.
- (C) Marcadores.
- (D) Aumentar Recuo.
- (E) Diminuir Recuo.

28. Um assistente social preparou a planilha exibida a seguir por meio do MS-Excel 2010, em sua configuração padrão.

	A	B
1	Fator de Risco	Quantidade
2	Fator 1	10
3	Fator 2	2
4	Fator 3	5
5	Fator 4	14
6	Fator 5	9
7		

Após preencher a fórmula =CONT.SE(B2:B6;">10") na célula B7, o valor exibido será

- (A) 1
- (B) 2
- (C) 14
- (D) 19
- (E) 40

29. Um usuário, preparando uma apresentação sobre os fatores de risco mais comuns, deseja adicionar um gráfico em um slide do MS-PowerPoint 2010, em sua configuração padrão, e utiliza o ícone apresentado a seguir.



Gráfico

Assinale a alternativa que apresenta, correta e respectivamente, o nome da guia e do grupo onde se localiza o ícone Gráfico, exibido na imagem.

- (A) Design; Gráfico.
- (B) Design; Ilustrações.
- (C) Inserir; Imagens.
- (D) Inserir; Gráfico.
- (E) Inserir; Ilustrações.

30. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente um atalho por teclado no Google Chrome versão 78, em sua configuração padrão, com sua respectiva funcionalidade.

- (A) Ctrl + J: exibir o histórico de páginas acessadas.
- (B) Ctrl + T: abrir nova aba de navegação.
- (C) Ctrl + P: abrir nova aba de navegação.
- (D) Ctrl + N: imprimir página.
- (E) Ctrl + F: exibir o histórico de páginas acessadas.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Neste início de século, dois elementos têm contribuído para adensar o debate no Serviço Social sobre a questão social: as lutas construídas pelos diferentes sujeitos coletivos frente a crescente desigualdade social e o acúmulo teórico expresso nas produções bibliográficas dos assistentes sociais. Nesse processo, destaca-se o avanço no entendimento da questão social na perspectiva de totalidade, por meio da apreensão da dialética entre o singular, o particular e o
- (A) unilateral.
 - (B) integrativo.
 - (C) reflexivo.
 - (D) universal.
 - (E) específico.
32. O significado do termo vulnerabilidade social usualmente implica, além da precariedade da renda por um longo período de tempo, as necessidades insatisfeitas em múltiplos âmbitos como alimentação, escolaridade, saúde, moradia, trabalho, transporte, entre outras. Diz respeito também à baixa capacidade de mobilização de ativos e a aspectos psicossociais e relações sociais fragilizadas. Nesse sentido, é correto afirmar que o conceito de vulnerabilidade expressa, além de privações materiais, as de ordem
- (A) real.
 - (B) subjetiva.
 - (C) coletiva.
 - (D) temporária.
 - (E) permanente.
33. A partir da Constituição Federal de 1988, temas como saúde, proteção social, educação, moradia e tantos outros passaram a fazer parte do horizonte dos brasileiros, como direitos a serem garantidos pelo Estado. Nessa perspectiva, a proteção social expressa o direito de todos usufruírem das garantias previstas no ordenamento jurídico brasileiro de acesso aos direitos socioassistenciais efetivados na Política Nacional de Assistência Social com
- (A) objetividade e coerência.
 - (B) presteza e humildade.
 - (C) responsabilidade e seriedade.
 - (D) dignidade e respeito.
 - (E) compromisso e seletividade.
34. A política pública de assistência social, como é conhecida hoje, é resultado de um amplo processo de debates, do qual resultou a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), aprovada em 1993. A partir da LOAS, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), publicada em 2004, detalha o modelo de gestão do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A PNAS traz uma inovação: ao colocar os direitos dos usuários como foco das ações, essa política deve prevenir o agravamento das situações de vulnerabilidade e garantir que os cidadãos tenham locais ou órgãos aos quais possam recorrer quando seus direitos forem violados, passando a incorporar também as funções de defesa dos direitos e de
- (A) controle de gestão.
 - (B) justiça humanitária.
 - (C) vigilância social.
 - (D) socialização dos cuidados.
 - (E) seleridade no atendimento.
35. Conforme Orientações Técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), essa unidade pública estatal descentralizada da política de assistência social é responsável pela organização e pela oferta de serviços do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), nas áreas de vulnerabilidade. Dada sua capilaridade nos territórios, caracteriza-se como a principal porta de entrada do SUAS, ou seja, é uma unidade que possibilita o acesso de um grande número de famílias à rede de proteção social de assistência social. O CRAS é referência para o desenvolvimento de todos os serviços socioassistenciais de Proteção Social
- (A) Básica.
 - (B) Especial.
 - (C) Geral.
 - (D) de Média Complexidade.
 - (E) de Alta Complexidade.
36. Bases sólidas e conceitos que justificam as ações são peças fundamentais para o bom funcionamento de uma política social. Atualmente, há um consenso em torno da afirmação de que a política de assistência social conseguiu fortalecer suas bases e os conceitos que orientam suas ações. É correto afirmar que a assistência social é uma política baseada na corresponsabilidade entre os entes federados e na gestão compartilhada das ações entre governo e sociedade civil, sob a coordenação dos governos de cada território. Contribui para a definição da política de assistência social a compreensão de que suas ações devem ser adequadas
- (A) às demandas espontâneas.
 - (B) às necessidades territoriais.
 - (C) aos recursos orçamentários.
 - (D) às determinações estruturais.
 - (E) ao desempenho coletivo.

37. A Política Nacional de Assistência Social (PNAS) reconhece explicitamente a família como espaço privilegiado e insubstituível de proteção e socialização primárias, provedora de cuidados aos seus membros, mas que precisa também ser cuidada e protegida. É o núcleo protetivo intergeracional mais presente no cotidiano e nas relações afetivas. A PNAS trabalha com a compreensão de que as dimensões clássicas que tradicionalmente definiam a família (sexualidade, procriação ou convivência) já não estão entrelaçadas e coloca em evidência a percepção da família como
- (A) rede de cuidados.
 - (B) atenção primordial.
 - (C) reprodutora da autonomia.
 - (D) garantidora da subjetividade.
 - (E) mantenedora do *status quo*.
38. A centralidade da família na política de assistência social vem se gestando desde os primeiros esboços do que seria o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). A finalidade do Trabalho Social com Famílias (TSF) tem na legislação e nas normativas da Assistência Social suas referências centrais. A inclusão do TSF no âmbito da PNAS está marcada por inovações importantes e no campo de suas proposições visa articular o caráter protetivo, preventivo e proativo nos serviços socioassistenciais na lógica da
- (A) reestruturação familiar.
 - (B) suplementação das ações.
 - (C) subsidiaridade dos programas.
 - (D) valorização de demandas.
 - (E) integralidade da atenção.
39. Em um contexto historicamente específico, caracterizado pelo aumento percentual do número de idosos, esse segmento passa a ser objeto de preocupação da sociedade. Esse aumento, no entanto, não vem acompanhado de atenções específicas de políticas públicas que priorizem os idosos. Estudiosos do tema destacam a necessidade da melhoria dos conhecimentos e da habilitação de pessoal, por meio de programas que possibilitem a assistência aos idosos por
- (A) ações seletivas.
 - (B) iniciativas solidárias.
 - (C) equipes multiprofissionais.
 - (D) projetos compensatórios.
 - (E) redes privadas.
40. Vivência de situações de violência e negligência, situação de rua e de abandono, vínculos familiares fragilizados ou rompidos são as principais causas do acolhimento institucional de idosos. A natureza do acolhimento deverá ser provisória e, excepcionalmente, de longa permanência quando esgotadas todas as possibilidades de autossustento e convívio com os familiares. De acordo com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, os equipamentos recomendados para o serviço de acolhimento institucional para idosos são: Abrigo Institucional (Instituição de Longa Permanência para Idosos – ILPI) e
- (A) Albergue.
 - (B) Internato.
 - (C) Centro-Dia.
 - (D) Unidade Transitória.
 - (E) Casa-Lar.
41. A existência de pessoas em situação de rua evidencia a desigualdade social brasileira e traz a marca do estigma e da exclusão a que são submetidas. O Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP) é a unidade pública que tem o propósito de atender famílias e indivíduos nas mais diversas situações de vulnerabilidade social ou violação de direitos. De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais o Centro Pop deve promover o acesso a espaços de guarda de pertences, de higiene pessoal, de alimentação e provisão de documentação civil, proporcionando ao usuário
- (A) apadrinhamento familiar.
 - (B) rotina de tarefas institucionais.
 - (C) moradia adequada.
 - (D) endereço de referência.
 - (E) ascensão social.
42. No Brasil, o aparato jurídico-legal não erradicou o trabalho infantil, mas proporcionou a sua visibilidade, sobretudo do trabalho de crianças e adolescentes realizado em situações degradantes e desumanas, resultando na mobilização de organizações governamentais e da sociedade civil e da criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil. O PETI compõe o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e oferece transferência direta de renda às famílias com crianças ou adolescentes em situação de trabalho. O acompanhamento familiar é realizado pelo Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). As crianças e os adolescentes têm prioridade no Serviço de
- (A) Convivência e Fortalecimento de Vínculos.
 - (B) Acolhimento Institucional.
 - (C) Proteção Especial no Domicílio.
 - (D) Prevenção Social.
 - (E) Proatividade Humanitária.

- 43.** Para além dos aspectos psicossociais e de interação familiar, a violência doméstica contra crianças e adolescentes configura-se como um fenômeno social, considerada um problema de saúde pública. Embora ainda banalizada e usada como pretexto disciplinar e da boa educação, as estratégias de enfrentamento da violência se voltam para o apoio às vítimas, no sentido de reparar os danos causados pelos agressores. Esse apoio coloca foco na família, por meio de intervenções junto aos pais agressores, de modo que todos seus membros possam aprimorar suas potencialidades para
- (A) a convivência harmônica.
 - (B) a consolidação de papéis.
 - (C) um cuidado protetor.
 - (D) a adequação comportamental.
 - (E) o ajuste de condutas.
- 44.** O Serviço Social tem pautado o debate sobre o preconceito e a discriminação relacionados à diversidade sexual e de gênero, na perspectiva da viabilização dos direitos humanos. A atuação do Assistente Social frente às demandas da diversidade sexual e de gênero evidencia que esses profissionais intervêm na realidade dos sujeitos de forma a entender suas ações, buscando a efetivação do projeto de emancipação humana. Para tanto, essa análise envolve as dimensões econômicas, políticas, culturais, ideológicas etc, buscando desconstruir todas as formas de exploração e opressão, lançando mão de instrumentos de atuação profissional capazes de trabalhar os sujeitos em sua
- (A) subjetividade.
 - (B) generalidade.
 - (C) naturalidade.
 - (D) totalidade.
 - (E) condicionalidade.
- 45.** O debate internacional sobre programas de transferência de renda considera que dificilmente a erradicação da pobreza e a redução da desigualdade se viabilizam sem políticas ativas nessa modalidade. Nessa concepção, a transferência de renda seria uma forma de garantia de cidadania, de autonomia e poder de escolha, de compartilhamento da riqueza produzida por todos e fortaleceria o sentimento de solidariedade e de pertencimento dos cidadãos. No Brasil, o Bolsa Família é um programa federal; com competências específicas para cada ente da Federação, sua gestão é
- (A) agregada.
 - (B) descentralizada.
 - (C) segmentada.
 - (D) unificada.
 - (E) personalizada.
- 46.** De acordo com a Lei nº 8.662/1993, a designação profissional de Assistente Social é atribuída aos habilitados na forma da legislação vigente e o exercício da profissão requer prévio registro nos Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS) que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado. Ainda de acordo com a referida lei (artigo 5º, XII), dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas ou privadas constitui, para o Assistente Social, uma
- (A) função comissionada.
 - (B) competência técnica.
 - (C) opção profissional.
 - (D) possibilidade concreta.
 - (E) atribuição privativa.
- 47.** A Resolução CFESS nº 559/2009 dispõe sobre a atuação do Assistente Social na qualidade de perito judicial ou assistente técnico, quando convocado a prestar depoimento como testemunha, pela autoridade competente. Nesses termos, quando a perícia consistir na inquirição, pelo juiz, por ocasião da audiência de instrução e julgamento, o assistente social deverá se restringir a emitir sua opinião técnica a respeito do que houver avaliado. A referida resolução ainda estabelece no artigo 5º que, quando intimado perante a autoridade competente a prestar depoimento como testemunha, qualquer profissional assistente social deverá comparecer e declarar que está obrigado a guardar sigilo profissional, sendo, na condição de testemunha, seu depoimento
- (A) obrigatório.
 - (B) vedado.
 - (C) permitido.
 - (D) facultativo.
 - (E) autorizável.
- 48.** O reconhecimento do Serviço Social como profissão decorre de complexas interações entre processos institucionais e lutas sociais frente às expressões da questão social. Nesse contexto, o Estado capitalista amplia suas funções econômicas e políticas, por meio da regulação social e das políticas sociais, campo de atuação do Serviço Social. Tais políticas buscam garantir condições adequadas ao funcionamento da força de trabalho para as demandas de reprodução ampliada do capital e por meio das mesmas atividades, respondendo contraditoriamente, ainda que de modo parcial, às
- (A) determinações institucionais.
 - (B) requisições pessoais.
 - (C) demandas complementares.
 - (D) regulações primárias.
 - (E) necessidades sociais.

49. A situação do mercado de trabalho do assistente social, as condições objetivas para sua atuação e o campo institucional no qual se realiza o exercício profissional são imperativos analíticos ao Serviço Social do século XXI. Esse desafio se justifica na medida em que é na tensão entre o peso do poder institucional e demandas sociais dos segmentos subalternos, que o assistente social constrói o seu trabalho. Tal análise é base para a formulação e execução das políticas, para a articulação de dispositivos de distribuição de benefícios, por meio da informação, encaminhamento, orientação, mobilização que, diante de uma situação concreta, possibilita ao assistente social decifrar, criticar e
- (A) agir.
 - (B) resistir.
 - (C) optar.
 - (D) contestar.
 - (E) solucionar.
50. A saúde é um direito fundamental do ser humano, devendo o Estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Com essa finalidade, constitui-se o Sistema Único de Saúde (SUS), enquanto conjunto de ações e serviços de saúde, prestados por órgãos e instituições públicas federais, estaduais e municipais, da Administração direta e indireta e das fundações mantidas pelo Poder Público. Uma das atribuições do SUS, comuns às três instâncias governamentais, é o atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias, decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias. Para tanto, a autoridade competente da esfera administrativa correspondente poderá requisitar bens e serviços, tanto de pessoas naturais como de jurídicas, sendo-lhes assegurada justa
- (A) participação.
 - (B) convocação.
 - (C) indenização.
 - (D) contribuição.
 - (E) homenagem.
51. No Serviço Social na Saúde, as ações que predominam no atendimento direto são as socioassistenciais, as de articulação interdisciplinar e as ações socioeducativas. Estão entre as ações socioassistenciais: formular estratégias de intervenção profissional e subsidiar a equipe de saúde quanto as informações sociais dos usuários, resguardado o sigilo profissional, por meio do registro no
- (A) órgão competente.
 - (B) prontuário único.
 - (C) livro de ocorrências.
 - (D) caderno de campo.
 - (E) plano de ação.
52. A partir de 1993, a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS – Lei nº 8.742) estabelece normas e critérios para organização da assistência social, como um direito. A LOAS concretizou as diretrizes da Constituição Federal e reorganizou a Política de Assistência Social brasileira, assegurando a primazia da atuação do Estado na provisão de serviços, benefícios, programas e projetos. Em se tratando dos benefícios eventuais, o artigo 22 da LOAS (alterada pela Lei nº 12.435/2011) os define como as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Sistema Único de Assistência Social e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, situações de calamidade pública, vulnerabilidade temporária e
- (A) doença.
 - (B) dependência.
 - (C) morte.
 - (D) negligência.
 - (E) deficiência.
53. A consolidação da Assistência Social como política pública revela-se um processo em transição, *locus* no qual convivem culturas políticas divergentes e contrárias: parâmetros afirmados pela nova institucionalidade na perspectiva do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) convivem com uma cultura patrimonialista, tecnocrática e clientelista. A construção do Sistema aponta para o enfrentamento de determinações que se situam para além do campo específico da política de assistência social. Permeado pelo conjunto das relações sociais, o processo de implementação do SUAS conta com deslocamentos no plano teórico-normativo, na forma de organização e estruturação dos serviços socioassistenciais, bem como nos mecanismos de gerenciamento e
- (A) demandas.
 - (B) convergências.
 - (C) controle.
 - (D) contingenciamento.
 - (E) centralização.
54. Na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), desenvolvida por meio do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), os espaços privilegiados onde se efetiva a participação popular são os conselhos e as conferências. Avaliar a situação da assistência social, definir diretrizes para essa política, verificar os avanços ocorridos num espaço de tempo determinado é papel das conferências. Já os conselhos têm como principais atribuições a deliberação e a fiscalização da execução da política e de seu financiamento. Os conselhos, ainda, disciplinam, acompanham, avaliam e fiscalizam
- (A) os usuários.
 - (B) as iniciativas privadas.
 - (C) o conselho tutelar.
 - (D) a rede socioassistencial.
 - (E) as políticas setoriais.

- 55.** A Norma Operacional Básica do SUAS (NOB-SUAS), em seu artigo 36, prevê o acompanhamento da gestão, dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais. Esse processo deve ser realizado pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, com o objetivo de verificar o alcance das metas de pactuação nacional e estadual e dos indicadores do SUAS, visando seu reordenamento e qualificação. Outro objetivo do acompanhamento é verificar a observância
- (A) das normativas do SUAS.
 - (B) do nível de satisfação dos usuários.
 - (C) do compromisso das equipes.
 - (D) dos índices de risco.
 - (E) do uso de instrumentais técnicos.
- 56.** Para a consolidação do SUAS, a Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS) reitera os princípios, seguranças e diretrizes definidos na LOAS e na PNAS. Entre os princípios organizativos desse Sistema, está a gratuidade, traduzida como a não exigência de contribuição ou contrapartida do usuário na prestação dos serviços socioassistenciais. A NOB referenda também como princípios: a universalidade, a integralidade da proteção social, a intersectorialidade e a
- (A) estruturação.
 - (B) especialidade.
 - (C) suplementação.
 - (D) focalização.
 - (E) equidade.
- 57.** A Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social (NOB-SUAS/2012) disciplina a gestão pública da Política de Assistência Social no país, que é exercida de forma sistêmica pelos entes federativos, em consonância com a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS). O artigo 18 da NOB reitera o contido na LOAS de que o Plano de Assistência Social organiza, regula e norteia a execução da PNAS na perspectiva do SUAS. De acordo com o citado artigo, é correto afirmar que o Plano é instrumento de planejamento
- (A) integral.
 - (B) econômico.
 - (C) estratégico.
 - (D) processual.
 - (E) avaliativo.
- 58.** A Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais representou uma importante conquista para a assistência social brasileira ao estabelecer bases de padronização nacional dos serviços e equipamentos físicos do SUAS. O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio, previsto na tipificação, tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e
- (A) o isolamento.
 - (B) a humilhação.
 - (C) o sofrimento.
 - (D) a compaixão.
 - (E) a depressão.
- 59.** Em se tratando de adolescente autor de ato infracional, verificada essa prática, a autoridade competente poderá aplicar, dentre outras medidas: advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviços à comunidade; liberdade assistida; internação. A internação, (artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Conforme prescreve o § 3º do mesmo artigo, em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a
- (A) dois anos.
 - (B) três anos.
 - (C) quatro anos.
 - (D) cinco anos.
 - (E) seis anos.
- 60.** A manifestação técnica em matéria de Serviço Social, em qualquer área de atuação do Assistente Social, deve seguir as disposições teórico-metodológicas, ético-legais e técnico-normativas que orientam o exercício e a postura profissional. De acordo com parâmetros para atuação dos assistentes sociais na política de saúde, estudos socioeconômicos dos usuários e de suas famílias devem ser elaborados com vistas a subsidiar, na construção de laudos e pareceres sociais, a perspectiva de garantia de direitos e de
- (A) responsabilização familiar.
 - (B) estratégias seletivas.
 - (C) resolução de problemas.
 - (D) acesso aos serviços.
 - (E) atendimento de demandas.

